

[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DE GERÊNCIA**

PERÍODO 2020



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PERÍODO 2020



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2020

1 - INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca foi fundada em 1610, com a missão de satisfazer carências, sociais e de saúde, e de praticar atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras da misericórdia. Hoje em dia, intervém no campo da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 300 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a idosos, a crianças e na provisão de refeições a agregados familiares carenciados.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, desde 1986;
- Serviço de Apoio ao Domicílio, desde 2000;
- Unidade de Cuidados Continuados e Internamento Privado, desde 2006;
- Núcleo Museológico da Capela da Misericórdia, desde 2008;
- Consultas Especialidades Médicas, Fisioterapia e Exames Auxiliares Diagnóstico, desde 2009;
- Centro de Dia (Urrô), desde 2011;
- Cantinas Sociais, desde 2012;
- Creche, desde 2013;
- Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho, desde 2013;
- Centro de Dia (Tropeço), desde 2015.

O ano de 2020 ficará marcado, na história da humanidade, pela declaração da Organização Mundial de Saúde da pandemia provocada pelo vírus COVID-19, a 11 de março, justificada pelos seus “níveis alarmantes de propagação”. Volvidos 7 dias, o Presidente da República decretou o estado de emergência, em Portugal, reconhecendo a “imprescindibilidade de adoção de medidas para assegurar o tratamento do vírus”. Entre meados de março e meados de maio, milhões de pessoas ficaram confinadas em suas casas, e todos fomos postos à prova, unidos num combate a um inimigo desconhecido e invisível.

Nessa altura, o Hospital da Misericórdia de Arouca, tal como todos os serviços de saúde do país interromperam, de forma programada, os cuidados assistenciais de saúde, libertando os profissionais de saúde, de modo a garantir a resposta aos doentes Covid-19 e a preservar a resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Também as Creches e os Centros de Dia foram encerrados, temporariamente, por decreto do Governo, como medida preventiva de propagação do vírus.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), a Unidade de Cuidados Continuados e o Internamento Privado estiveram, sempre, em pleno funcionamento, dentro da normalidade possível. A nossa prioridade, a par da saúde e da segurança dos nossos colaboradores, foi, e continua a ser, a de garantir a saúde e o bem-estar dos nossos utentes e que os nossos serviços estejam sempre à altura deste desafio.

A trabalhar em permanência, cumprindo todas as recomendações em vigor, com o apoio e a dedicação dos nossos colaboradores e com o esforço e compreensão dos nossos utentes, conseguimos evitar que, até esta data, o vírus ficasse fora da nossa ERPI. No entanto, a pandemia está a ter um grande impacto económico, a nível mundial, e as contas da nossa Instituição também se ressentiram, com redução da faturação, pela, já referida, suspensão temporária das atividades, o aumento da despesa relacionada com a implementação dos planos de contingência contra o COVID 19 e o impacto nas equipas de trabalho, em diversas ocasiões reduzidas, por faltas, devido a doença, isolamento profilático ou acompanhamento a filhos menores em idade escolar.

Este documento pretende dar a conhecer aos Irmãos a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, durante o ano de 2020, com enfoque nas Demonstrações Financeiras. Assim, para cumprimento das imposições legais, submete-se à Assembleia – Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arouca o presente Relatório de Atividades.

2 – IRMANDADE

No ano de 2020, não houve admissões de Irmãos e deu-se baixa de 9 Irmãos, 7 por desistência e 2 por falecimento.

Em 31/12/2020, a Irmandade era constituída por 264 Irmãos, repartidos da seguinte forma:

	N.º	%
Sexo Masculino	136	52%
Sexo Feminino	128	48%
Idade < 45	15	6%
45 > Idade < 65	65	25%
Idade > 65	184	69%
Inscrição < 1 ano	0	0%
1 > Inscrição < 5 anos	15	6%
5 > Inscrição < 10 anos	30	11%
Inscrição > 10 anos	219	83%



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **PERÍODO DE 2020**

3 – A ATIVIDADE OPERACIONAL

3.1 – FACTOS RELEVANTES

Apesar de vivermos um ano completamente atípico, a Mesa Administrativa continuou a trabalhar no sentido da concretização dos seus projetos, de forma a crescer no valor social realizado e na melhoria das condições que oferece, não só aos seus utentes, mas também aos seus colaboradores.

Em 2020, foram concluídos os projetos de especialidades da ampliação e requalificação da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS e foi apresentada uma candidatura ao Programa de Alargamento das Respostas Sociais – 3.^a Geração (PARES 3.0) do Instituto da Segurança Social, para financiamento daquela empreitada. O projeto prevê, para além da ampliação da área da cozinha, a remodelação dos espaços do refeitório, da sala de convívio e dos vestiários dos colaboradores, e a ligação dos edifícios ao nível do primeiro piso, onde será criada uma enfermaria e uma sala de estar para utentes mais dependentes.

Também em 2020, vimos aprovada uma candidatura ao NORTE 2020 para financiar (a 85%) a aquisição de equipamento para apetrechar a cozinha da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, que vai sofrer uma ampliação com a execução da empreitada, já referida. Trata-se de um investimento valorizado em 55.100€ + IVA, que se vai concretizar em 2021.

Foi aberto o concurso público para a adjudicação da substituição integral do mobiliário dos quartos, refeitório e salas de estar e para a aquisição de equipamento informático e eletrónico para equipar a ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS. Este investimento, também financiado a 85% pelo NORTE 2020, não foi totalmente executado, em 2020. Os constrangimentos trazidos pela pandemia, levaram a que a instalação do mobiliário, nos quartos dos utentes, ficasse concluída apenas em fevereiro de 2021.

Atendendo às necessidades, quer ao nível da melhoria do equipamento, quer ao nível da conservação e ampliação das suas infraestruturas, a Mesa Administrativa concretizou, ainda, os seguintes investimentos, para além de pequenas obras de manutenção nas diversas valências, os quais foram financiados com recurso a fundos próprios:

- A fim de garantir a segurança dos nossos utentes, foram instalados gradeamentos e portões equipados com videoproteiro, no perímetro da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS.

- 
- Foi iniciada a construção da central térmica para aquecimento do edifício e aquecimento de águas sanitárias da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, permitindo a substituição das caldeiras, já obsoletas, por equipamentos mais eficientes.
 - Foi reforçada a oferta de exames médicos do HOSPITAL com a aquisição de equipamentos para os consultórios de oftalmologia e de otorrinolaringologia.

Ao nível do património imobiliário, de referir a venda de duas casas e de dois campos no lugar de Quintela, freguesia de Chave, e a venda de duas leiras de monte no lugar de Lourosa de Matos, freguesia de Urrô.

Deu-se continuidade ao plano plurianual de formação profissional para os nossos colaboradores, iniciado em 2019, financiado pelo POISE 2020 – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego. Apesar do cronograma de formação prever ministrar 5 cursos, dados os constrangimentos trazidos pelo COVID19, apenas foram ministrados 3 (“Atividade profissional do técnico auxiliar de saúde”, “Técnicas de atendimento presencial e telefónico” e “Comunicação e interação com o doente, cuidador e família”).

No que respeita a número médio de colaboradores, a Misericórdia de Arouca teve, em média, 132 pessoas ao seu serviço, em 2020, o que traduz a contratação de mais 3, relativamente ao ano de 2019. O aumento do número de elementos nos turnos da tarde e da noite, para melhor responder às necessidades dos utentes, justifica essas contratações. Para além, do seu quadro de pessoal, colaboram com a Instituição cerca de 60 trabalhadores independentes e, quotidianamente, interagimos com uma ampla carteira de fornecedores de bens e serviços contribuindo assim, indiretamente e, de forma muito significativa, para o desenvolvimento do nosso Concelho.

A pandemia obrigou a Misericórdia de Arouca a desenvolver, implementar e adotar novas formas de operar e a reforçar os cuidados ao nível da higienização de espaços, do uso de equipamentos de proteção individual e do controlo de acessos, às suas valências. Muitas destas mudanças traduziram-se numa transformação positiva na prestação de cuidados aos nossos utentes, mas acarretaram mais gastos (com equipamentos, com recursos humanos, com limpezas e com equipamentos de proteção individual) para os quais tivemos preciosos contributos: do Município de Arouca, do Instituto da Segurança Social e de algumas empresas. Um dos contributos do Município de Arouca foi a cedência de dois contentores marítimos transformados, que instalamos junto das entradas dos edifícios do Hospital e da ERPI, para permitir as visitas aos utentes, com toda a segurança e conforto.

No que respeita à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, a Misericórdia de Arouca viu aprovada uma candidatura ao programa Adaptar Social +, do Instituto da Segurança Social, que se destina a apoiar a aquisição de equipamentos de proteção individual, como meio de prevenção da transmissão do novo coronavírus. Este programa participou a compra de máscaras, luvas, toucas, cobre sapatos e termómetros.

Dadas as limitações impostas pelo Estado de Emergência não se realizou a tradicional Procissão dos Fogaréis, nem nenhum outro evento que envolvesse a comunidade, como o concerto comemorativo do 410º aniversário da fundação da Misericórdia de Arouca, apenas se fizeram algumas atividades lúdicas, no interior das valências, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Unidade de Cuidados Continuados, no desenvolvimento das quais se cumpriram as orientações da Direção Geral de Saúde.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2020

3.2 – SERVIÇOS DE SAÚDE

No âmbito da atividade da Instituição assume um papel relevante a prestação de SERVIÇOS DE SAÚDE, nomeadamente os exames complementares de diagnóstico, a fisioterapia, as consultas e os internamentos os quais, em 2020, representaram 56% do volume global dos serviços prestados.

O plano de contingência para o controlo de infeção pelo vírus COVID19 veio impor condições muito mais penosas no exercício destas atividades, desde logo, os rastreios na admissão de utentes, a utilização de equipamentos de proteção individual, o espaçamento de horário entre tratamentos/consultas, alargamento substancial do espaço físico entre postos de tratamento, fizeram aumentar os gastos e diminuir a nossa capacidade de atendimento e conseqüentemente o nosso volume de faturação, já em muito reduzido pelo encerramento temporário da atividade, nos meses de março, abril e maio, e, posteriormente, pelo adiamento, por parte de muitos utentes, da marcação de exames médicos, por receio de poderem ser contagiados com o novo coronavírus.

Apesar de todos estes constrangimentos, mantivemos a oferta de serviços e de especialidades médicas, mas, em termos de procura sentiu-se uma quebra considerável, conforme indica o quadro que se segue:

		2020	2019	Variação 2019-20	Variação %
Fisioterapia	N.º de atendimentos	1.914	2.581	- 667	- 25,8%
Radiologia	N.º exames	6.292	8.196	- 1.904	- 23,2%
Cardiologia	N.º exames	2.653	3.765	- 1.112	- 29,5%
Gastrenterologia	N.º exames	725	1.640	- 915	- 55,7%
Consultas de Especialidades	N.º de atendimentos	2.583	3.502	- 919	- 26,2%
Colheitas de Análises Clínicas	N.º de atendimentos	1.368	1.698	-330	- 19,4%

Em 2020, não foram acrescentados novos acordos, mas foram mantidas todas as parcerias e acordos com subsistemas de saúde e seguradoras, já estabelecidos, no âmbito da prestação de serviços de saúde.

No que respeita à UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS e ao INTERNAMENTO PRIVADO manteve-se, sensivelmente, a taxa de ocupação do ano anterior, apesar de uma ligeira diminuição no número de novas admissões.

Os internamentos em Cuidados Continuados resultam de um protocolo com os Ministérios da Saúde e da Segurança Social, que contempla catorze camas em Unidade de Longa Duração, para internamentos de duração ilimitada, e seis camas em Unidade de Média Duração, para internamentos de 90 dias de duração. Já o internamento privado dá resposta às necessidades de particulares e beneficiários de seguradoras ou outros subsistemas de saúde, disponibilizando 9 camas. O movimento de utentes neste serviço está espelhado no quadro abaixo:

Tipologia	Vagas	Admissões		Taxa Média de Ocupação	
		2020	2019	2020	2019
Unid. Média Duração	6	25	28	95,31%	96,23%
Unid. Longa Duração	14	22	23	97,11%	97,91%
Internamento Privado	9	10	18	81,15%	81,00%

3.3 – SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Ao nível da frequência de utentes nos SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL, apenas as valências de SAD e ERPI mantiveram o seu número médio de utentes, as restantes valências viram o seu número médio de utentes descer, comparativamente com o ano de 2019, conforme consta do quadro abaixo:

	Capacidade da Valência	N.º de Utentes abrangidos pelo acordo com o ISS	N.º Médio de Utentes 2020	N.º Médio de Utentes 2019
ERPI	112	90	90	90
Serviço Apoio Domicílio	42	39	39	39
Centro de Dia de Urrô	50	48	32	47
Creche	43	43	26	34
Centro de Dia de Tropeço	15	10	7	10
Serviço Apoio Domicílio Tropeço	15	12	12	12
Cantinas Sociais (*)	330	330	253	281

(*) Número refeições disponibilizadas mensalmente.

Atendendo à emergência de saúde pública, em março de 2020, o Governo aprovou uma série medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID 19, entre as quais a suspensão das atividades dos Centros de Dia e das Creches. Assim, a Creche da Misericórdia encerrou de 16 de março a 31 de maio e os Centros de Dia encerraram de 16 de março a 11 de outubro, neste último caso, durante aquele período foi prestado serviço de apoio ao domicílio aos utentes, que não tinham retaguarda familiar. Apesar disso, o montante da comparticipação financeira da Segurança Social nas respostas sociais que estiveram suspensas manteve-se inalterado face ao valor referente ao mês de fevereiro de 2020, e, por sua vez, a Misericórdia de



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2020

Arouca, considerando as dificuldades que as famílias estavam a atravessar, isentou-as do pagamento das mensalidades.

4 - DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Tendo por base este relato da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca durante o período de 2020, e com o intuito de informar os Irmãos sobre a sua situação económica e financeira, presta-se a seguinte informação, de acordo com os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo.

4.1 – PERSPETIVA FINANCEIRA - BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2020, o **ATIVO LÍQUIDO** da Instituição cifrava-se em 8.095.814,57€ traduzindo um acréscimo de 0,86%, relativamente ao período transato, que se cifrou em 8.026.367,89€. No que respeita ao **ATIVO NÃO CORRENTE**, o que justifica o seu decréscimo (29.811€), é, fundamentalmente, o facto das incorporações ocorridas nas rubricas **Ativos Fixos Tangíveis (AFT)** não terem ultrapassado as depreciações e amortizações do período, as quais, atingiram o valor de 237.410,88€.

No que respeita aos movimentos nos AFT são de destacar os seguintes:

- **Terrenos e recursos naturais:** a venda dos prédios rústicos de Quintela (freguesia de Chave) e Lourosa de Matos (freguesia de Urrô).
- **Edifícios e outras construções:** a instalação de gradeamento e portões no perímetro da ERPI (40.873,80€), a canalização de água de nascente na Quinta de Urrô – Centro de Dia (1.904€), e a venda de dois prédios urbanos, em Quintela (freguesia de Chave).
- **Equipamento básico:** a aquisição de mobiliário para a ERPI (58.816,21€), e de equipamento médico para os consultórios de oftalmologia (7.868,22€) e de otorrinolaringologia (4.715,36€).
- **Equipamento de transporte:** o abate de uma viatura ligeira de passageiros do Serviço de Apoio ao Domicílio, do ano de 2001.
- **Equipamento administrativo:** a aquisição de equipamento informático para a ERPI (7.496,36€), e para a clínica, para substituição de equipamento obsoleto (1.535,54€).
- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** conclusão dos projetos de arquitetura e especialidades da remodelação e ampliação da ERPI (28.833,90€), o início do projeto de ampliação do Internamento do Hospital (4.237€), e o início da empreitada de alteração da Central térmica da ERPI (71.743,34€).

No que respeita ao **ATIVO CORRENTE** sofreu um aumento de 99.257€ justificado pelo aumento das rubricas **Créditos a Receber**, de clientes e utentes (29.157€) e **Outros Ativos Correntes** (58.089€).

Outros Ativos Correntes (*Outras Contas a Receber*) reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber da Segurança Social (15.618,97€), da ARS Norte (169.311,50€) e da ADSE (18.677,31€) das valências Unidade de Cuidados Continuados, Fisioterapia e Exames Auxiliares de Diagnóstico, e do Norte 2020 (175.431,77€), como financiamento ao investimento de aquisição de mobiliário e equipamento para a ERPI e de equipamento para a cozinha. Inclui também um financiamento do POISE (11.062,50€) para formação profissional aos nossos colaboradores.

Quanto ao valor dos **Inventários** (57.238,11€) refere-se aos materiais em stock a 31/12/2020, distribuídos por Matérias-primas (5.897,22€), Matérias de consumo (38.964,89€) e Materiais Diversos (12.376€). Estes últimos referem-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Misericórdia de Arouca, em 2012, o qual tem sido consumido e doado a outras instituições.

O **FUNDO DO CAPITAL** atingiu o valor de 7.450.427,44€. Ao nível dos **Fundos Patrimoniais** houve os seguintes movimentos do período:

A rubrica de **Resultados Transitados**, conheceu um aumento pela afetação do Resultado Líquido do período de 2019 (173.764,20€).

A rubrica de **Outras Variações nos Fundos Patrimoniais** conheceu um aumento pela aprovação de um subsídio ao investimento do Norte 2020, para aquisição de equipamento de cozinha da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (57.608,10€), e uma diminuição pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (34.794,88€).

No **PASSIVO CORRENTE** a rubrica **Fornecedores** traduz o valor que a Instituição lhe devia (87.266,31€) a 31/12/2020. A rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** traduz o valor das retenções de IRS e da Taxa Social Única, aos colaboradores, relativos ao mês de dezembro de 2020, a pagar janeiro de 2021.

A rubrica **Diferimentos** (84.820,61€) reflete o valor da conta 282 – rendimentos a reconhecer, que engloba, além da retenção de garantia da empreitada de construção do Hospital (53.977€), o financiamento aprovado pelo POISE para o plano de formação profissional e o valor do vestuário de criança por utilizar (12.376€), relativo ao donativo em géneros, já referido.

Outros Passivos Correntes (*Outras contas a pagar*) reflete fundamentalmente a estimativa de férias e de subsídio de férias, de 2020, a pagar em 2020 (262.568€), os valores dos utentes à guarda da Instituição (38.995,03€) e as remunerações a pagar ao pessoal, relativas a dezembro de 2020, cuja compensação aconteceu em janeiro de 2021 (95.444,54€).



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **PERÍODO DE 2020**

4.2 – PERSPETIVA ECONÓMICA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Tal como já referido, o total dos **RENDIMENTOS** cifra-se em 3.225.133,77€, traduzindo um decréscimo 307.021,01€, cerca de 9% relativamente ao registado no período de 2019, que se justifica, fundamentalmente, pelos decréscimos registados nas contas 72 – Prestações de Serviços e 78 – Outros Ganhos.

A conta **72 – Prestações de Serviços** representa 53,8% do total dos Rendimentos e conheceu um decréscimo de global de 271.966,76€, menos 13,5% relativamente ao ano transato, o qual está relacionado com:

1 – Ao nível dos serviços sociais, na conta 721 - Mensalidades de Utentes, apenas as valências ERPI e SAD viram a seu volume de faturação subir (+39.096,49€), as restantes valências conheceram decréscimos – Creche (-23.829,27€) e Centros de Dia (-50.800,73€) – devido à diminuição do número de utentes que as frequentaram e por estarem encerradas uma parte do ano.

2 – Em termos de serviços de saúde também houve uma diminuição muito significativa na faturação (-242.547,74€) face ao verificado em 2019, transversal a todos os serviços. De referir que a Clínica esteve encerrada de 13 de março a 31 de maio, e o após a reabertura a procura dos serviços foi muito inferior à normal.

Quanto à conta **75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração**, representa 44% do total dos rendimentos, atingiu o valor de 1.430.757,13€, traduzindo um aumento de 10.488,79€, relativamente ao ano de 2019. Engloba as participações do Instituto da Segurança Social (1.060.679€), da ARS Norte (304.190€), do Instituto de Emprego (3.810€), e da Câmara Municipal (22.830€), e as doações e heranças (39.246€).

Neste âmbito, teremos de destacar a redução, de cerca 72.900€, nas doações e heranças e o aumento, de cerca de 83.400€, nos subsídios das entidades públicas, nomeadamente do Instituto da Segurança Social pelo financiamento à aquisição de equipamentos de proteção individual (7.960€), no apoio ao layoff e encerramento de escolas (45.600€) e no pagamento das participações por via dos acordos de cooperação.

A conta **78 – Outros Rendimentos** conheceu também um decréscimo significativo de 45.280,76€ relativamente ao ano transato, sobretudo justificada pela diminuição das mais-valias na venda dos terrenos e habitações que, em 2019, atingiu um valor anormalmente alto, com a venda da Quinta da Mata e das propriedades de Tropeço, de Chave, de Lourosa de Matos e de Santa Maria do Monte.

A conta **79 – Juros Dividendos e Outros Rendimentos Similares** apesar de se manter o valor das aplicações a prazo esta rubrica também conheceu um decréscimo de 262,29€, fruto da descida das taxas de juro.

Ao analisar a estrutura dos **GASTOS** verifica-se uma execução de 3.236.586,30 €, o que traduz um decréscimo de 121.804,28€, menos 3,6% em relação ao período anterior. Esta diminuição justifica-se sobretudo ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Gastos de Depreciações pois todas as outras rubricas de gastos conheceram aumentos, conforme se explica de seguida.

Quanto à conta **61 – Gastos com Matérias Consumidas** atingiu o valor de 364.828€, que traduz um aumento de cerca de 25.980€, relacionado com o consumo de material clínico e de limpeza, nomeadamente de equipamentos de proteção individual e desinfetantes, como forma de prevenção do contágio do vírus COVID 19. Para além do inevitável aumento do consumo de máscaras descartáveis, de luvas, de álcool gel e de outros desinfetantes, fomos confrontados por aumentos muito significativos dos preços destes produtos durante o ano.

A conta **62 – Fornecimentos e Serviços Externos** apresentou um decréscimo de 156.683€ em relação ao período de 2019, atingindo o valor de 671.750,14€. Nesta conta estão espelhados os gastos com trabalhos especializados, publicidade, energia, combustíveis, comunicações, material de escritório, seguros, reparações, entre outros. O que mais contribuiu para a redução destes gastos foi a diminuição dos honorários pagos (-115.623,06) relacionada com o fecho da atividade da clínica e a quebra da procura de serviços de saúde no período pós confinamento. Outras contas que conheceram diminuições, por via do encerramento temporário da Clínica e das valências de Centro de Dia e Creche, foram a eletricidade (-4.514€), o gasóleo (-11.278€), o gás (-12.490€) e os gastos com reparações (-6.040€).

Os **Gastos com o Pessoal - conta 63**, representam 59% do total dos gastos, atingiram o valor de 1.927.569,74€ conhecendo um acréscimo de 35.010,45€, relativamente ao ano transato. Houve um aumento do número médio de trabalhadores ao serviço da Instituição, de 129 para 132, um aumento do Salário Mínimo Nacional de 600€ para 635€, atualização que abrangeu cerca de 60% dos colaboradores, as diuturnidades adquiridas, e uma alteração na forma de pagamento dos subsídios de turno, o que globalmente justifica aquele acréscimo;

Quanto conta **64 – Gastos de depreciação**, apresenta o valor de 237.410,88€, que se traduz numa diminuição de 29.756,72€ comparativamente ao período anterior, fundamentalmente justificada pela conclusão da depreciação de diversos equipamentos nas várias valências.

A **conta 68 – Outros gastos** - Em 2020, apresenta o valor de 35.025,16€, que representa um acréscimo (3.641,87€), em relação a 2019. Esta conta engloba entre outros, os gastos com impostos indiretos, descontos e donativos concedidos, dívidas incobráveis e quotizações pagas.

Assim, fecha-se o ano de 2020 com um **resultado líquido negativo de 11.452,53€**.

4.3 – DESVIOS ORÇAMENTAIS

Como referimos, do período em análise, resultaram **RENDIMENTOS** no montante de 3.225.133,76€ e **GASTOS** no montante de 3.236.586,30€, o que se traduz num



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PERÍODO DE 2020

RESULTADO LÍQUIDO NEGATIVO, PARA O PERÍODO DE 2020, DE 11.452,53€, conforme se discrimina no quadro seguinte. Apesar disso, os desvios percentuais, relativamente à Conta de Exploração Previsional estão dentro do valor aceitável pelo Instituto da Segurança Social, IP, que é de 15%.

Rúbrica	Valor Orçamentado	Valor Efetivo	Desvio %
Rendimentos	3.484.334,81 €	3.225.133,77 €	- 8,04%
Gastos	3.357.274,68 €	3.236.586,30 €	- 3,73%
Result. Líquido	+ 127.060,13 €	- 11.452,53€	

Os constrangimentos trazidos pela pandemia transformaram 2020 num ano totalmente atípico, e traduziram-se em desvios negativos, quer ao nível dos rendimentos quer ao nível dos gastos, em relação aos valores orçamentados na Conta de Exploração Previsional, desde logo, pelo aumento dos gastos com equipamentos de proteção individual, que como vimos rondaram os 25.900€.

5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com as Demonstrações Financeiras apresentadas, para o período de 2020, é apresentado um resultado líquido negativo de 11.452,53€, propondo-se a sua incorporação na conta Resultados Transitados.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mesa Administrativa, no cumprimento da alínea c) do artigo 23º do Compromisso da Irmandade, submete à apreciação, discussão e votação dos Irmãos reunidos na Assembleia- Geral Ordinária, as Demonstrações Financeiras e Anexo relativo ao período de 2020.

1. O presente relatório contempla a atividade desenvolvida, pela Misericórdia de Arouca, nas diferentes respostas sociais e serviços de saúde.
2. O período em análise foi objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, tendo sido aplicado o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SCN-ESNL, publicado pelo Decreto-Lei n.º 36/A-2011, de 9 de Março).

3. A Santa Casa da Misericórdia de Arouca não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

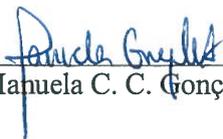
4. Em termos de conclusão, e face aos elementos apresentados, considerando a atual conjuntura socioeconómica, a Mesa Administrativa encontra-se confiante com os resultados obtidos, pretendendo dar continuidade à missão secular da Instituição, e ambiciona o seu crescimento sustentável, de modo a responder de forma mais completa às necessidades da comunidade local.

Todos sabemos que os tempos que se vivem e viverão se caracterizam pela incerteza, volatilidade e dificuldade, mas num setor onde se trabalha de pessoas para pessoas, a humanização e a empatia tornam-se num aliado para ultrapassar os obstáculos que vão surgindo.

A pandemia trouxe-nos vários desafios. O maior deles foi agir rapidamente, reforçar a auto confiança e colocar em prática todas as recomendações gerais numa ação coletiva, concertada e empenhada de todos os colaboradores das diferentes valências, e em geral, de todos quantos, interna e externamente, se envolveram no exercício da atividade desta Instituição. Por este motivo, é importante expressar um agradecimento à Irmandade e respetivos Órgãos Sociais, aos colaboradores, aos beneméritos, aos fornecedores e a todas as Entidades Oficiais com quem mantemos relações de parceria e contratualização.

Arouca, 23 de março de 2021.

A Contabilista Certificada



(Manuela C. C. Gonçalves)

P' Mesa Administrativa



(Victor F. G. Brandão)



(Alfredo B. Martins)



(António T. de Melo)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AROUCA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5 e 7	5.873.563,00	5.906.417,18
Bens do património histórico e cultural	5	205.011,31	205.011,31
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	6	361,34	341,53
Investimentos financeiros	18.2	12.374,70	9.350,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Subtotal		6.091.310,35	6.121.120,85
Ativo corrente			
Inventários	9	57.238,11	48.311,56
Créditos a Receber	18.3	146.176,77	117.019,04
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.9	19.921,41	5.639,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Outros ativos correntes	18.4	413.186,55	355.097,88
Diferimentos	18.5	10.476,83	10.480,73
Caixa e depósitos bancários	18.6	1.357.504,55	1.368.697,85
Subtotal		2.004.504,22	1.905.247,04
Total do Ativo		8.095.814,57	8.026.367,89
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18.7	148.895,87	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-
Reservas	18.7	847.375,44	847.375,44
Resultados transitados	18.7	4.424.999,09	4.251.234,89
Excedentes de revalorização	18.7	95.804,26	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	18.7	1.944.805,31	1.921.992,09
Resultado Líquido do período	-	(11.452,53)	173.764,20
Total do fundo do capital		7.450.427,44	7.439.066,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	-	-	-
Provisões específicas	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18.8	87.266,31	86.601,73
Adiantamentos de clientes	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.9	46.400,32	44.277,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Financiamentos obtidos	8	-	-
Diferimentos	18.5	84.820,61	67.838,80
Outras passivos correntes	18.10	426.899,89	388.583,09
Subtotal		645.387,13	587.301,14
Total do passivo		645.387,13	587.301,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8.095.814,57	8.026.367,89

AROUCA, 8 de março 2021
A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel nº 4 4540-132 AROUCA N.I.F. 501 289 623

Telef.: 256 940 500 Fax: 256 940 508/9 E-mail: secretaria.geral@scmarouca.com Visite-nos em: www.scmarouca.com



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AROUCA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	1.734.036,58	2.006.003,34
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 18.11	1.430.757,13	1.420.268,34
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(364.828,34)	(338.846,77)
Fornecimentos e serviços externos	18.12	(671.750,14)	(828.433,63)
Gastos com o pessoal	16	(1.927.569,74)	(1.892.559,29)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos	18.13	60.075,08	105.355,83
Outros gastos	18.14	(35.025,16)	(31.383,29)
	-	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		225.695,41	440.404,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(237.410,88)	(267.167,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(11.715,47)	173.236,93
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 18.15	264,98	527,27
Juros e gastos similares suportados	18.15	(2,04)	-
Resultados antes de impostos		(11.452,53)	173.764,20
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(11.452,53)	173.764,20

AROUCA, 8 de março 2021

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
AROUCA**

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



**ANEXO
AO BALANÇO
E
À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Período 2020**

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4, em Arouca, constituída sob a forma de Irmandade da Misericórdia. O seu Compromisso foi publicado no Diário da República n.º 38 de 14/02/1990, Série III, e alterado, em 2015, em conformidade com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, 28 de julho. Esta alteração foi aprovada pela autoridade eclesiástica competente, em 05/10/2015, e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 02/88, a fls. 68 e 127 verso do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 20/01/2016, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento do Registo, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro. Desenvolve atividades nas áreas da ação social para idosos e crianças e da prestação de serviços de saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março foi alterado pelos: Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho; Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Aviso 8259/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu, pela primeira vez, no período de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor patrimonial tributável ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo custo de aquisição. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Na data de Balanço, a Entidade efetua uma avaliação aos valores mobiliários de cotação variável, que detenha sempre que existam indícios de imparidade.

3.2.5. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;



- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.7. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

3.2.9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.10. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.12. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.13. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontrem na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.14. Estado e Outros Entes Públicos

A entidade está isenta de IRC em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas.

A entidade está igualmente isenta de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. O IVA suportado em empreitadas, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares é restituído à entidade nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13/1, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20/12.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não existem efeitos nas contas provocados por alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas ou erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2019, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	205.011,31	-	-	-	-	205.011,31

A verba apresentada em balanço retrata o investimento, em 2013, na reconstrução de um conjunto de casas rurais, no sentido de as converter no "Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho". Inclui também um monumento do século XVII - "Calvário da Misericórdia" e e um conjunto de móveis, adquirido, em 2016, a um antiquário. Em 2018, foi incluído um conjunto de quatro cruzeiros em granito, existentes nas ruas da Vila, que constituem a Via Sacra, e fazem parte do monumento do século XVII - "Calvário da Misericórdia.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

Em 2020, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	205.011,31	-	-	-	-	205.011,31

Não existiram perdas por imparidade no período de 2020 nem em períodos anteriores.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	724.891,33	-	(95.426,79)	-	-	629.464,54
Edifícios e outras construções	6.312.266,74	149.631,73	(23.075,60)	-	-	6.438.822,87
Equipamento básico	1.438.940,74	26.139,18	-	-	-	1.465.079,92
Equipamento de transporte	244.357,12	26.329,34	-	-	-	270.686,46
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	430.458,85	3.204,67	-	-	-	433.663,52
Outros Ativos fixos tangíveis	158.223,55	-	-	-	-	158.223,55
Activos fixos tangíveis em curso	27.618,55	6.132,50	-	-	-	33.751,05
Total	9.336.756,88	211.437,42	(118.502,39)	-	-	9.429.691,91
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.403.791,83	139.235,17	(4.566,89)	-	-	1.538.460,11
Equipamento básico	1.112.043,95	79.899,91	-	-	-	1.191.943,86
Equipamento de transporte	196.398,08	28.765,85	-	-	-	225.163,93
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	408.894,47	8.942,20	-	-	-	417.836,67
Outros Ativos fixos tangíveis	140.014,69	9.855,47	-	-	-	149.870,16
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.261.143,02	266.698,60	(4.566,89)	-	-	3.523.274,73

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68



	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	629.464,54	-	(1.697,56)	-	-	627.766,98
Edifícios e outras construções	6.438.822,87	42.777,80	(28.508,30)	-	-	6.453.092,37
Equipamento básico	1.465.079,92	75.713,35	(33.268,54)	-	-	1.507.524,73
Equipamento de transporte	270.686,46	-	(13.316,10)	-	-	257.370,36
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	433.663,52	9.031,90	(714,37)	-	-	441.981,05
Outros Ativos fixos tangíveis	158.223,55	-	-	-	-	158.223,55
Activos fixos tangíveis em curso	33.751,05	104.814,24	-	-	-	138.565,29
Total	9.429.691,91	232.337,29	(77.504,87)	-	-	9.584.524,33
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.538.460,11	140.434,79	(5.124,54)	-	-	1.673.770,36
Equipamento básico	1.191.943,86	62.981,31	(30.137,50)	-	-	1.224.787,67
Equipamento de transporte	225.163,93	16.865,57	(13.316,10)	-	-	228.713,40
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	417.836,67	7.493,60	(714,37)	-	-	424.615,90
Outros Ativos fixos tangíveis	149.870,16	9.203,84	-	-	-	159.074,00
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.523.274,73	236.979,11	(49.292,51)	-	-	3.710.961,33

No que respeita aos movimentos nos ativos fixos tangíveis são de destacar os seguintes:

- **Terrenos e recursos naturais:** o abate reflete a venda dos prédios rústicos de Quintela (freguesia de Chave) e Lourosa de Matos (freguesia de Urrô).

- **Edifícios e outras construções:** Quanto aos aumentos, destaca-se a instalação de gradeamento e portões no perímetro da ERPI (40.873,80€), canalização de água de nascente na Quinta de Urrô – Centro de Dia (1.904€)

Quanto às diminuições refletem a venda de dois prédios urbanos, em Quintela (freguesia de Chave).

- **Equipamento básico:** para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições: de mobiliário para a ERPI (58.816,21€), e de equipamento médico para os consultórios de oftalmologia (7.868,22€) e de otorrinolaringologia (4.715,36€).

- **Equipamento de transporte:** reflete o abate de uma viatura ligeira de passageiros do Serviço de Apoio ao Domicílio, do ano de 2001.

- **Equipamento administrativo:** aquisição de equipamento informático para a ERPI (7.496,36€), e para a clínica, para substituição de equipamento obsoleto (1.535,54€).

- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** reflete o valor investido nos projetos de arquitetura e especialidades da remodelação e ampliação da ERPI (28.833,90€) e do Internamento do Hospital (4.237€), e da empreitada de alteração da Central térmica (71.743,34€).

Investimentos Financeiros

No que concerne aos “Investimentos Financeiros”, espelha o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que em 31/12/2020 apresentava o valor de 12.374,70€.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Reavaliação	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	29.686,73	154,99	-	-	-	29.841,72
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	29.686,73	154,99	-	-	-	29.841,72
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	29.031,19	-	469,00	-	-	29.500,19
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	29.031,19	-	469,00	-	-	29.500,19

Não existiram perdas por imparidade no período de 2019.



	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	29.841,72	451,58	-	-	-	30.293,30
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	29.841,72	451,58	-	-	-	30.293,30
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	29.500,19	-	431,77	-	-	29.931,96
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	29.500,19	-	431,77	-	-	29.931,96

Não existiram perdas por imparidade no período de 2020.

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2020			2019		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	200.911,83	200.911,83	-	200.911,83	200.911,83	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	200.911,83	200.911,83	-	200.911,83	200.911,83	-

Em 31/12/2020 a Entidade não detinha qualquer contrato de locação financeira.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 2020, a Entidade não detinha empréstimos bancários.

9. Inventários

Os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 5.897,22€;
- Matérias Subsidiárias e de consumo: 38.964,89€;
- Materiais Diversos: 12.376,00€, este valor refere-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Entidade, em 2012, avaliado em 21.292,50€, o qual se destina a contribuir para o desenvolvimento de atividades futuras, tendo sido consumidos, em 2013, 1.262,25€, em 2014, 6.727,75€, em 2015, 178,50€, em 2016, 259,25€, em 2017, 170,00€, em 2018, 199,75€ e em 2019 119,00€.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificação se regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificação se regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	47.885,27	338.657,03	616,03	48.311,56	369.346,67	4.408,22	57.238,11
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	47.885,27	338.657,03	616,03	48.311,56	369.346,67	4.408,22	57.238,11

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	338.846,77	364.828,34
Variações nos inventários da produção	-	-

10. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	1.734.036,58	2.006.003,34
Quotas dos utilizadores	736.206,46	765.560,48
Quotas e Jóias	3.430,00	3.495,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	994.400,12	1.236.947,86
Juros	264,98	527,27
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Outros rendimentos similares		

De referir que na rubrica 'Quotas dos utilizadores' constam as mensalidades de utentes das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (22.302,20€), Família e Comunidade (71.137,10€) e Terceira Idade (642.767,16€). A rubrica 'Serviços Secundários' engloba, os serviços de saúde, nomeadamente os Internamentos, Consultas e serviços de enfermagem (413.294,51€), os Exames Auxiliares de Diagnóstico (246.685,54€) e os tratamentos de Fisioterapia (318.168,75€).

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2019 e 2020, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo	1.391.510,26	1.308.034,09
Centro Regional Segurança Social	1.060.679,99	974.825,28
Comparticipação da ARS	304.190,27	302.771,96
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	3.810,00	5.041,85
Autarquia	22.830,00	25.395,00
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-

Na rubrica 'Centro Regional da Segurança Social' constam as participações dos acordos das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (97.794,74€), Cantinas Sociais (7.585,00€), Terceira Idade (783.299,04€) e Unidade de Cuidados Continuados (118.435,60€). Constam ainda os apoios por lay off e encerramento de escolas (45.605,67€).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem efeitos de alterações das taxas de câmbio nos períodos de 2019 e 2020.

14. Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas, e conforme o estipulado na Declaração da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, publicada no Diário da República – III Série, n.º 194, de 24/8/1989.



15. Instrumentos financeiros

A 31/12/2020 a Entidade não possuía quaisquer instrumentos financeiros.

16. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Diretivos ou Corpos Sociais desta Entidade, são voluntários e, portanto, não auferem qualquer remuneração, de acordo com o *Compromisso* e legislação aplicável às IPSS.

No ano de 2020, o número médio de pessoas ao serviço da Entidade, em 2019, foi de 132, ou seja, houve um aumento de 3 trabalhadores, comparativamente ao ano anterior que foi de 129.

Os gastos que a Entidade incorreu, com os funcionários, foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.583.089,25	1.533.770,48
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	310.665,09	312.410,17
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.869,37	13.271,32
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	19.946,03	33.107,32
Total	1.927.569,74	1.892.559,29

O aumento dos gastos com remunerações de pessoal estão relacionados com: admissão de 3 novos trabalhadores, com a alteração da forma de pagamento do subsídio de turno, com o aumento do salário mínimo nacional de 600€ para 635€.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Contexto Macroeconómico do período 2020

O ano de 2020 fica marcado por uma forte contração da economia mundial em resultado do choque económico provocado pelas medidas implementadas para conter a pandemia do vírus COVID-19. Em Portugal, essa quebra começou a sentir-se a partir do 2.º trimestre do ano, com o confinamento e o distanciamento social imposto, a partir de meados de março, no âmbito da aplicação do Estado de Emergência.

Atendendo à emergência de saúde pública, o Governo aprovou uma série medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID 19, entre as quais a suspensão das atividades dos Centros de Dia e das Creches. A Creche da Misericórdia encerrou de 16 de março a 31 de maio e os Centros de Dia encerraram de 16 de março a 11 de outubro. Em meados de março, o Hospital da Misericórdia de Arouca, tal como todos os serviços de saúde do país interromperam, de forma programada, os cuidados assistenciais de saúde, libertando os profissionais de saúde, de modo a garantir a resposta aos doentes Covid-19 e a preservar a resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Por esse motivo, o Hospital da Misericórdia esteve temporariamente encerrado de 16 de março a 31 de maio.

A pandemia obrigou a Misericórdia de Arouca a desenvolver, implementar e adotar novas formas de operar e a reforçar os cuidados ao nível da higienização de espaços, equipamentos de proteção individual e do controlo de acessos, às suas valências. Muitas destas mudanças traduziram-se numa transformação positiva na prestação de cuidados aos nossos utentes, mas acarretaram mais gastos (com equipamentos, com recursos humanos, com limpezas e com equipamentos de proteção individual). No caso do Hospital, houve também a imposição de espaçar os horário entre tratamentos/consultas e de alargar o espaço físico entre postos de tratamento, o que fez aumentar os gastos e diminuir a nossa capacidade de atendimento e conseqüentemente o nosso volume de faturação, já em muito reduzido pelo encerramento temporário da atividade, nos meses de março, abril e maio, e, posteriormente, pelo adiamento, por parte de muitos utentes, da marcação de exames médicos, por receio de poderem ser contagiados com o novo coronavírus.

18.2. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	12.374,70	9.350,83
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	12.374,70	9.350,83

18.3. Créditos a Receber

Para os períodos de 2019 e 2020 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c	146.176,77	117.019,04
Clientes	76.585,68	56.534,77
Utentes	69.591,09	60.484,27
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	146.176,77	117.019,04

Nos períodos de 2019 e 2020 não foram registadas "Perdas por Imparidade".

Descrição	2020	2019
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

18.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica “*Outros Ativos Correntes*” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.969,75	8.265,51
Outros instrumentos financeiros	-	-
Outros Devedores	399.216,80	346.832,37
Perdas por Imparidade	-	-
Total	413.186,55	355.097,88

A rubrica ‘Outros Devedores’ reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber da Segurança Social (15.618,97€), do POISE (11.062,50€), do Norte 2020 (175.431,77€) da ARS Norte (169.311,50€) e da ADSE (18.677,31€).

18.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Despesas com custo diferido	10.476,83	10.480,73
...	-	-
...	-	-
Total	10.476,83	10.480,73
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	30,00	50,00
Donativos em géneros	12.376,00	12.376,00
Outros	72.414,61	55.412,80
Total	84.820,61	67.838,80

A rubrica ‘Outros Rendimentos a Reconhecer’ reflete a retenção de garantia da empreitada de construção do edifício do Hospital (53.977,11€) que está a ser reconhecida como rendimento na medida da depreciação desse ativo e o financiamento do POISE para o plano de formação profissional (18.437,50€).

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	39.968,75	45.845,41
Depósitos à ordem	967.535,80	972.852,44
Depósitos a prazo	350.000,00	350.000,00
Outros	-	-
Total	1.357.504,55	1.368.697,85

O valor em caixa, em 31/12/2020, inclui uma verba (38.995,03€) que pertence aos utentes mas que está à guarda da Entidade.

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	148.895,87	-	-	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	847.375,44	-	-	847.375,44
Resultados transitados	4.251.234,89	173.764,20	-	4.424.999,09
Excedentes de revalorização	95.804,26	-	-	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.921.992,09	57.608,10	34.794,88	1.944.805,31
Total	7.265.302,55	231.372,30	34.794,88	7.461.879,97

- **Conta "Resultados Transitados":**
Aumento: pela afetação do Resultado Líquido do período de 2019: 173.764,20€
- **Conta "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais":**
Aumento: pela aprovação de um subsídio ao investimento do Norte 2020, para aquisição de equipamento de cozinha industrial.
Diminuição: pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações e pela transferência do valor dos prédios doados, vendidos em 2020, para resultados transitados.

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	87.266,31	86.601,73
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	87.266,31	86.601,73

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	19.921,41	5.639,98
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	19.921,41	5.639,98
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	10.542,68	10.649,38
Segurança Social	35.399,61	32.978,33
Outros Impostos e Taxas	458,03	649,81
Total	46.400,32	44.277,52

18.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	95.444,54	-	-
Remunerações a pagar	-	95.444,54	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	23.877,30	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	262.568,06	-	249.402,71
Outros credores	-	45.009,99	-	139.180,38
	-	-	-	-
Total	-	426.899,89	-	388.583,09

O valor constante da rubrica ‘Credores por acréscimos de gastos’ corresponde às estimativas de férias e subsídios de férias de 2020, a pagar em 2021. Quanto ao valor da rubrica ‘Outros Credores’ reflete, fundamentalmente os valores dos utentes, que se encontram à guarda da Entidade (38.995,03€).



18.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	39.246,87	112.234,25
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	39.246,87	112.234,25

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

18.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	461.980,39	590.769,22
Materiais	14.251,03	16.141,08
Energia e fluidos	157.727,46	186.017,05
Deslocações estadas	160,70	972,27
Comunicações	8.586,67	7.852,39
Seguros	10.513,45	10.230,49
Outros fornecimentos	18.530,44	16.451,13
	671.750,14	828.433,63

O valor constante da rubrica 'Serviços Especializados' corresponde, fundamentalmente, a honorários de prestadores de serviços (390.334,82€), gastos com a conservação e reparação de equipamentos (28.492,50€), trabalhos especializados (38.381,31€) e publicidade e propaganda (3.561,97€).

A rubrica outros fornecimentos inclui gastos com rendas e alugueres (15.871,41€).

18.13. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	9.381,22	8.641,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	22,60	0,50
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	9.623,68	49.015,50
Outros rendimentos e ganhos	41.047,57	47.698,46
Total	60.075,07	105.355,83

A subconta 'Outros rendimentos' reflete fundamentalmente (34.608,68€) a imputação dos subsídios aos investimentos a qual é feita, anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados.

18.14. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	1.688,76	2.041,26
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,53	10,00
Dívidas incobráveis	8.752,87	2.825,71
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	4.686,05	-
Outros Gastos e Perdas	19.896,95	26.506,32
Total	35.025,16	31.383,29

A subconta 'Outros gastos e perdas' reflete, fundamentalmente, correções relativas a exercícios anteriores (2.056,75€), quotizações (3.525,00€), taxas (2.041,26€), despesas com funerais de utentes (5.375,00€) e insuficiência de estimativa de férias e subsídio de férias (5.507,02€).

18.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2,04	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	2,04	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	264,98	527,27
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	264,98	527,27
Resultados financeiros	262,94	527,27

18.16. Acontecimentos após data de Balanço

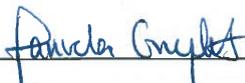
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda..

Arouca, 23 de março de 2021.

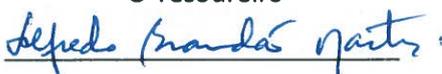
A Contabilista Certificada


 (Manuela C. C. Gonçalves)

P' A Mesa Administrativa

O Provedor

 (Victor F. G. Brandão)

O Tesoureiro

 (Alfredo B. Martins)

O Secretário

 (António T. de Melo)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68



15

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 8.095.815 euros e um total de fundos patrimoniais 7.450.427 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 11.452 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

À data, quer a Entidade quer a economia mundial encontram-se perante uma situação completamente nova, a pandemia da COVID-19, que assolou o mundo e tem tido desenvolvimentos substanciais quase dia a dia e cujos efeitos são de difícil previsão. A Entidade, conforme descrito no relatório de gestão e no anexo, mantém a convicção, contudo, de que a preparação das contas numa base de continuidade se mantém apropriada. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 12 de março de 2021

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. nº 820)

